



## **“RIQUEZAS DO NOSSO QUILOMBO”<sup>1</sup>:**

### **metodologia de pesquisa participativa em/com Comunidades Quilombolas da Bahia**

Noeli Pertile<sup>2</sup>  
Ana Cláudia do Carmo Cedraz<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

Este trabalho compartilha uma metodologia para projetos de pesquisa e/ou de extensão que buscam construir uma outra narrativa acerca dos Quilombos, proporcionando maior visibilização daquilo que as comunidades consideram suas maiores riquezas, dentro de contextos socioeconômicos distintos, envolvendo questões agrárias, inclusive conflitos. É recorrente encontrar pesquisas que apontem para as comunidades quilombolas a partir das conflitualidades, problemas e violências sofridas pelos sujeitos e/ou coletivos. De modo algum se quer diminuir ou amenizar todas essas questões; deseja-se redirecionar o ângulo de análise, enfatizando e buscando valorizar o que os mantêm “em pé”, o que os fortalece. Sendo os quilombolas que apontam o caminho para onde e como querem ser lembrados, adotamos o título “Riquezas do Nosso Quilombo” para nomear o projeto. E o caminho foi motivar os sujeitos das comunidades a construir materiais que apresentassem seus modos de ser/viver, suas territorialidades, por meio da escrita e desenhos/mapas. Na construção dos mapas, buscou-se valorizar a cultura a partir do lugar, refletindo e registrando as potencialidades econômicas e sociais das Comunidades Quilombolas, a partir do que elas consideram riquezas de uso coletivo, da Terra e do trabalho em pequenas unidades produtivas; fortalecendo seu processo político de construção da autonomia, por meio da escuta das narrativas dos moradores das comunidades quilombolas para, ao final, construir uma cartilha da Cartografia Social das Comunidades Quilombolas. O caso em curso enfatiza a experiência construída junto às comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal-BA.

**Palavras-chave:** Comunidades quilombolas, Territorialidades, Mapeamento participativo, Narrativas.

#### **RESUMEN**

Este trabajo comparte una metodología para proyectos de investigación y/o divulgación que buscan construir una narrativa diferente sobre los quilombos, dando mayor visibilidad a lo que las comunidades consideran sus mayores activos, dentro de contextos socioeconómicos diferenciados, que involucran cuestiones agrarias, incluyendo conflictos. Es común encontrar investigaciones que identifican a las comunidades quilombolas con base en los conflictos, problemas y violencia que sufren individuos y/o colectivos. De ninguna manera se busca minimizar o mitigar estos problemas; más bien, se busca redirigir el ángulo de análisis, enfatizando y buscando valorar lo que los mantiene en pie, lo que los fortalece. Dado que los quilombos señalan el camino hacia dónde y cómo quieren ser recordados, adoptamos el título "Riqueza de Nuestro Quilombo" para nombrar el proyecto. La solución fue motivar a los miembros de la comunidad a crear materiales que representaran sus formas de ser/vivir, sus territorialidades, mediante la escritura y dibujos/mapas. Al crear los mapas, buscamos valorar la cultura desde la perspectiva del lugar, reflexionando y registrando el potencial económico y social de las

<sup>1</sup> O projeto está registrado no Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA, SIATEX n. 22746). Parte do trabalho teve o apoio da PROEXT-PG – Edital conjunto PROEXT-PG 01/2024.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). [npertile@ufba.br](mailto:npertile@ufba.br)

<sup>3</sup> Doutora pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). [claudiacedraz2009@hotmail.com](mailto:claudiacedraz2009@hotmail.com)



comunidades quilombolas, com base em lo que consideran riqueza colectiva, la tierra y el trabajo de las pequeñas unidades productivas. Esto fortaleció su proceso político de construcción de autonomía al escuchar las narrativas de los residentes de las comunidades quilombolas y, en última instancia, la creación de una guía sobre la Cartografía Social de las Comunidades Quilombolas. Este estudio de caso se centra en la experiencia desarrollada con las comunidades quilombolas del Territorio de Identidad Sisal en Bahía.

**Palabras clave:** Comunidades quilombolas, Territorialidades, Mapeu participativo, Narrativas.

## INTRODUÇÃO

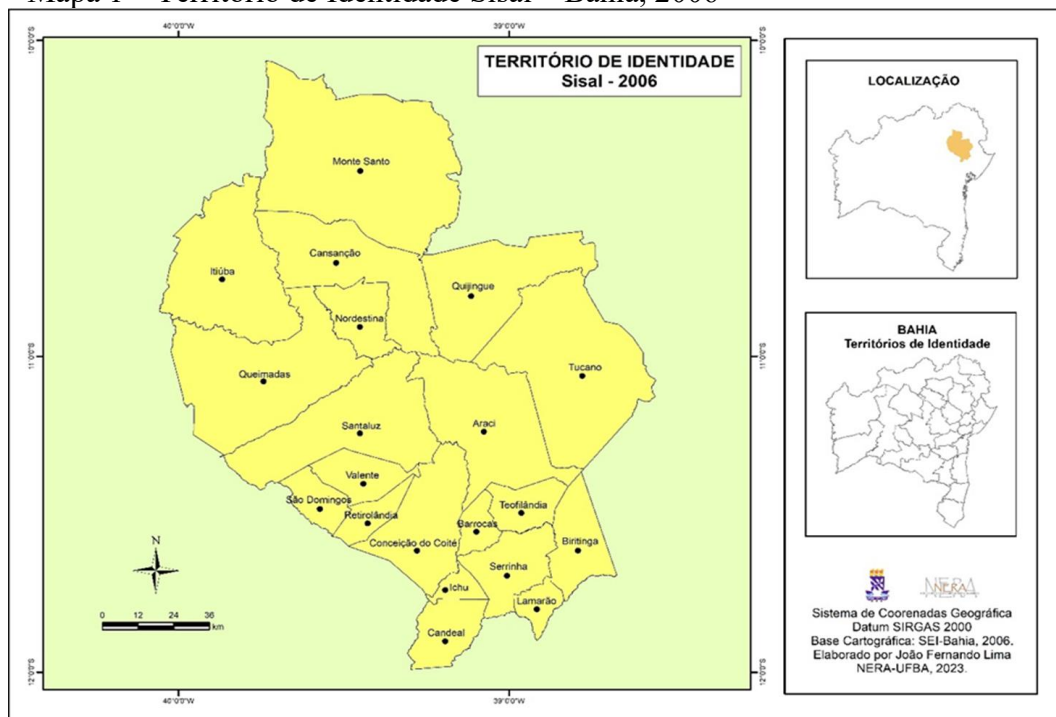
O objetivo deste trabalho é compartilhar uma metodologia pensada para projetos de pesquisa e/ou de extensão que buscam construir uma outra narrativa acerca dos Quilombos, em especial, dos Quilombos da Bahia, no Território de Identidade Sisal<sup>4</sup> (Mapa 1), proporcionando maior visibilização daquilo que as comunidades consideram suas maiores riquezas, dentro de contextos socioeconômicos distintos, envolvendo sempre questões agrárias, inclusive os conflitos. É recorrente encontrar pesquisas que apontem para as comunidades quilombolas a partir das conflitualidades, dos problemas, das violências sofridas pelos sujeitos e nos coletivos. De modo algum se quer diminuir ou amenizar todas essas questões. No entanto, o que se deseja é redirecionar o ângulo de análise, enfatizando e buscando valorizar o que os mantêm “em pé”, como dizem, o que os fortalece.

Como são eles e elas - os quilombolas - que apontam o caminho para onde e como querem ser lembrados, adotou-se o título “Riquezas do Nosso Quilombo” para nomear o projeto. A busca por esse caminho, foi motivar os sujeitos de cada comunidade a construir materiais que estivessem contidos neles, por meio da escrita e mapas participativos, os seus modos de ser e de viver, portanto, suas territorialidades. À medida em que se buscou conduzir o processo de construção dos mapas, buscou-se a possibilidade de valorização da cultura a partir do lugar. Procurou-se refletir e registrar as potencialidades econômicas e sociais das Comunidades Quilombolas, a partir do que elas consideram riquezas de uso coletivo; riquezas da Terra, a partir do trabalho nas unidades produtivas.

---

<sup>4</sup> No estado da Bahia, a organização dos territórios de identidades “surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação do seu planejamento” (BAHIA, 2007). O referido território é composto por vinte municípios, sendo eles: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Neste texto, adotamos “Território do Sisal” para nos referirmos ao Território de Identidade do Sisal.

Mapa 1 – Território de Identidade Sisal – Bahia, 2006



Nestas comunidades, predomina a agricultura familiar quilombola, no qual identificou-se que a terra disponível para as famílias foi bastante fragmentada, subdividida entre os familiares. As entrevistas revelaram que grande parte da população destas comunidades produz em terras com áreas menores que o módulo fiscal, o que caracteriza minifúndio.

No entanto, surpreende o fato de que predominam os estabelecimentos com áreas inferiores à fração mínima de parcelamento, que é de 25 hectares. Na realidade, a média de terra que as famílias entrevistadas possuem é de 2,5 tarefas, o equivalente a 1,08 hectares. Esses estabelecimentos rurais, menores que a fração mínima estabelecida para cada município brasileiro pelo INCRA, foram denominados “nanofúndios”, por Pertile (2023). A questão agrária brasileira está consolidada como uma das maiores desigualdades no acesso à terra do mundo; a concentração por um lado e a fragmentação por outro. Tal situação não é diferente na Bahia, tampouco nos municípios onde se encontram as comunidades quilombolas do Território do Sisal da Bahia.

Porém, nas poucas terras, de tamanhos mínimos, identificou-se que os quilombolas conseguem produzir uma variedade considerável de tipos de milho, feijão e mandioca (principais lavouras) e outras, em menor quantidade, como hortaliças, leguminosas, frutíferas e plantas medicinais e ornamentais. A pecuária também aparece no conjunto das atividades



desenvolvidas nas comunidades, com a presença de suínos, ovinos, caprinos, galináceas, muares, asininos e outros.

No viver dessas comunidades quilombolas, no que tange às principais manifestações culturais, predominam o samba de caboclo, o reizado, o caruru, as festas dos/das padroeiros/padroeiras, as festas juninas, entre outras. As festas e festejos nestas comunidades estão relacionadas a religiosidade dos moradores. A pesquisa revelou que o período das festas religiosas contribui para que o grupo reforce o sentido de pertencimento à sua religião e aquele lugar. A capacidade humana de simbolizar para produzir espaços simbólicos influencia na construção de identidades coletivas e legitimam o exercício do poder religioso, a partir de uma identidade religiosa, que se constitui na vivência do lugar sagrado.

Estes sujeitos mantêm práticas culturais ancestrais ligadas a religiosidade de matriz africana, a exemplo das benzedeiras e rezadeiras, realização de sambas de caboclo, carurus, reisados, agricultura de sequeiro, extrativismo sustentável, confecção de artesanatos com palhas e presença de fortes laços de parentesco. É preciso ressaltar que a terra/território, para as comunidades rurais quilombolas é muito mais que o espaço para a produção de alimentos, é também espaço onde se entrelaçam as histórias, a partilha das experiências comuns e a construção de uma identidade. Nela situam-se os lugares relacionados às práticas culturais, ao sentimento de pertencimento ao território, à relação ancestral com a natureza, e o modo de vida dos descendentes (Cedraz; Pertile, 2024).

Desse modo, com os diferentes olhares, na horizontalidade, buscou-se fortalecer o processo político de construção da autonomia dos quilombolas, por meio da escuta das narrativas dos moradores das comunidades quilombolas para, ao final, construir uma cartilha da Cartografia Social das Comunidades Quilombolas. O caso em curso enfatiza a experiência obtida a partir do trabalho realizado junto às comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal-BA.

## **METODOLOGIA**

Enquanto processo formativo, a presente pesquisa integrou professores e estudantes de pós-graduação e de graduação (Iniciação Científica) do mesmo grupo de pesquisa<sup>5</sup> que atuaram em conjunto, e com as Comunidades Quilombolas. O trabalho foi/está sendo produzido em

---

<sup>5</sup> A partir do Grupo de Pesquisa Dinâmicas do Espaço Agrário e Relação Campo-Cidade, DARC-NERA, da UFBA.



vários lugares, constituindo-se em pesquisa documental, trabalho de campo e posterior confecção e publicação de cartilhas. O que será abordado, mais especificamente neste texto, é a metodologia elaborada para o trabalho de campo que compreendeu a realização de contatos iniciais em conversas informais, entrevistas e oficinas. Estas, foram divididas em etapas, assim distribuídas: a) a primeira etapa foi uma conversa com os presidentes das associações de moradores e as lideranças comunitárias das comunidades quilombolas do Território do Sisal cujo objetivo foi apresentar a proposta do trabalho e a metodologia a ser utilizada; b) na segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação e diálogo com os moradores - essa fase foi extremamente importante para o estreitamento de laços com os sujeitos da pesquisa; c) na terceira etapa foram realizadas as oficinas para a construção dos mapas participativos e materiais que formarão a base para posterior elaboração da cartilha de Cartografia Social das Comunidades Quilombolas; d) como última etapa, está a construção de uma publicação impressa que será entregue às comunidades com o resultado do trabalho, o que estamos denominando de Registro das Riquezas do Nosso Quilombo.

Segundo Almeida, essa possibilidade de os povos tradicionais construírem suas próprias cartografias é um recurso fundamental na luta pelos direitos territoriais e nas reivindicações de delimitação das territorialidades específicas, pois “mostram-se fundamentais à reprodução social do povo ou da comunidade, evidenciando uma forma de autoconsciência cultural coextensiva à consolidação do território” (Almeida, 2013, p. 173).

Optou-se para este trabalho os mapas participativos do tipo mental ou croquis. Esse tipo de mapa, segundo Silva; Verbicário (2016, p.03), “é um tipo de mapa cognitivo ou mental que é confeccionado sem uma convenção regulamentada por órgão oficial, e que depende da percepção que seu elaborador tem do meio que o circunda, por isso não possui rigores científicos para sua concepção”. Eles são construídos pela percepção dos espaços e transmitem como uma pessoa ou grupo de pessoas visualizam certos lugares, demonstrando como suas experiências modificam o espaço e sua percepção. A escolha do mapeamento participativo como método foi pensada para criar possibilidade de participação de maior número possível de sujeitos na pesquisa; haja vista se tratar de um trabalho com a participação de muitas pessoas idosas que, na maioria das vezes, não conseguem ler as palavras, ou usar os recursos digitais, ou mesmo pessoas com baixa escolarização. Tal escolha pode incluir mais pessoas, atribuindo mais “vez e voz” aos quilombolas. Portanto, o trabalho realizado baseou-se em metodologias participativas para assegurar ampla contribuição dos sujeitos em todo o processo.



A metodologia participativa é uma abordagem de pesquisa e de ação social que coloca as pessoas diretamente envolvidas como protagonistas do processo de produção do conhecimento. Diferente dos métodos tradicionais, em que o pesquisador externo observa e interpreta a realidade de forma unilateral, a metodologia participativa busca construir os saberes junto com a comunidade, respeitando e valorizando seus conhecimentos, práticas e experiências. Seu princípio central é o diálogo: todos os sujeitos envolvidos têm voz ativa e colaboram na definição de problemas, objetivos, estratégias e soluções. Isso significa que a comunidade não é apenas fonte de dados, mas parceira na pesquisa, contribuindo para que os resultados tenham maior legitimidade e relevância para a vida coletiva.

No caso das comunidades tradicionais, como as quilombolas, a metodologia participativa se torna ainda mais importante, pois reconhece a importância dos saberes locais e fortalece a autonomia comunitária. Ao envolver diferentes grupos – lideranças, mulheres, jovens, anciãos – o processo amplia a representatividade e promove a construção de soluções que atendem aos interesses coletivos.

Entre as práticas mais comuns dessa metodologia estão: rodas de conversa, oficinas, mapeamentos comunitários (como a cartografia social), diagnósticos participativos, registros de memória oral e assembleias abertas. Essas estratégias possibilitam que os próprios sujeitos expressem suas percepções sobre o território, os problemas enfrentados e as potencialidades existentes. Além de produzir conhecimento, a metodologia participativa tem um caráter formativo e transformador. Ela fortalece a organização social, gera sentimento de pertencimento, estimula o protagonismo e pode servir como base para reivindicações de direitos, políticas públicas e projetos de desenvolvimento que respeitem a realidade local.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O mapeamento participativo em pesquisas científicas, para análise do território tem sido bastante difundido nos últimos anos. A metodologia elaborada para este trabalho permitiu que os moradores das comunidades quilombolas do Território do Sisal pudessem espacializar seus territórios de forma lúdica e reflexiva. Mas o que há de novo? As riquezas consideradas por cada uma das comunidades foram indicadas pelos participantes do processo, sendo elas de uso coletivo ou particular, cada qual ao seu tempo. Durante a realização das oficinas, os participantes puderam narrar as suas próprias histórias, a exemplo da origem das comunidades, a produção agrícola e pecuária, produção em seus quintais, extrativismo e as redes de



solidariedades e sociabilidades usadas por eles para a manutenção de seus modos de vida. As territorialidades foram sendo apresentadas, reveladas a partir dos modos de ser e de viver dos quilombolas. As oficinas seguiram um roteiro pré-estabelecido, mas que iam se expandindo à medida em que os quilombolas narravam suas histórias, lembrando de acontecimentos históricos, dos feitos de seus ancestrais. Assim foram sendo construídas as bases para a elaboração da cartografia social.

Após este momento de escuta e sistematização dos principais fenômenos que se pretendia espacializar, foram dados os comandos e orientações para a confecção dos mapas participativos. Em círculo, com os materiais disponibilizados em mesas ou no chão das associações, os quilombolas iniciavam o processo de produção. Foram momentos onde todos puderam colaborar, pois alguns tinham maior noção de localização, outros tinham maior percepção das distâncias; enquanto outros, com mais destreza na arte de desenhar, iam traçando os primeiros riscos. As dúvidas surgiam e os jovens, muitas vezes, recorriam aos mais idosos (estes com grande senso de direção) para saber sobre quais caminhos ou direção seguir, para que as representações fossem o mais fidedignas possíveis.

Depois de riscos e rabiscos, as comunidades iam ganhando forma naqueles simples pedaços de papel. Nos mapas estão registrados aquilo que os moradores elegeram como riquezas para suas comunidades quilombolas. Os rios, a vegetação, as aguadas, as cisternas, as associações, as casas de farinha, as igrejas, os terreiros de candomblé, as casas das benzedadeiras, as ruas (nomeadas pelos próprios moradores), os bares, os comércios, as praças, uma árvore da qual todos sabem da existência e tiram um pedaço da casca para fazer chá, e tantos outros elementos que dão identidade a este povo. Ao elegerem e registrarem, de modo coletivo, os elementos que eles consideram importantes para suas comunidades, os quilombolas promovem a unificação da consciência de seus territórios com a consciência de si mesmos, e reivindicam de maneira explícita suas territorialidades. De modo que, “tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenseamentos, cadastros, códigos e mapas” (Almeida, 2013, p.157).

Ao utilizarem a Natureza como fonte para atender as necessidades da família, ou manifestarem sua religiosidade em um território, estes sujeitos estão construindo suas territorialidades. Segundo Sack, a territorialidade humana é, portanto, mais “sofisticada” do que uma mera manifestação instintiva. Ela é “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle



sobre uma área geográfica” (Sack, 1986, p. 19). Portanto, intencionalidade, construção social, estratégias e ações espaciais configuram elementos-chave na construção da territorialidade e que foram registrados nos mapas elaborados pelas comunidades.

A partir do mapeamento participativo identificou-se as particularidades de cada comunidade. Por exemplo: aquelas que mais produzem farinha, as que têm maior engajamento da sociedade civil, outras que se destacam na produção artesanal, as tais onde os tamanhos dos estabelecimentos permitem maior produção agrícola ou pecuária, outras que são extremamente dependentes do extrativismo, ou ainda as que são predominantemente dependentes das políticas de transferências de renda. Ao mapearem suas comunidades, estes sujeitos evidenciam suas riquezas e potencialidades, mas também deixam transparecer suas fragilidades e necessidades. Nesse quesito, as políticas públicas aparecem sempre como demandas que permitem reparar algumas injustiças. A metodologia elaborada permitiu evidenciar que, a partir do acesso à terra-Natureza (bioma caatinga), mesmo que em áreas ínfimas (os nanofúndios), as comunidades buscam o fortalecimento e a reprodução dos saberes-fazeres, dos seus modos de vida, naquele lugar, onde vivem.

Nos relatos das riquezas dos quilombolas, em suas pequenas áreas ou nos seus quintais, as especificidades apareceram ainda mais. A importância de pé de capim santo ou de um pé de babosa, o antigo carrinho de mão tornado canteiro de mudas de verduras (Foto 1); o pé de algodão suficiente para não precisar comprar este item na farmácia; os licurizeiros que “ajudaram a criar os filhos”, com seus frutos (Foto 4) ou com o artesanato (vassouras, cestos, abanadores, chapéus) feitos com a palha (Foto 3). Ou então, a criação dos pequenos animais<sup>6</sup>: uma pata, cinco galinhas poedeiras, as cabras (Foto 2) que permitem leite e, a partir dele, o queijo.

O relatado até aqui, importa observar, que nada disso consta nos dados estatísticos. Porém, ressalta-se a importância e a grandeza dessas pequenas produções e criações para cada uma das famílias quilombolas que, mesmo em tão ínfimas áreas buscam reproduzir seus modos de vida, no lugar.

O Lugar - não importa sua dimensão - é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual (Santos, 2006, p. 174).

---

<sup>6</sup> Vale destacar que a criação de pequenos animais (aves, porcos, caprinos e ovinos) é estratégico como parte da convivência no/com o semiárido brasileiro no Nordeste.

Sim, é possível inferir que as comunidades quilombolas do Território do Sisal, na Bahia, são essas resistências no lugar!



Foto 1 – O canteiro, antigo carrinho de mão; Foto 2 – Sr. Reginaldo, cuidando das cabras em Lagoa dos Bois (Nordestina); Foto 3 - Dona Regina fazendo vassoura com palha de licurizeiro em Vila África (São Domingos); Foto 4 – Cacho de licuri. Fonte: Ana Cláudia Cedraz, trabalho de Campo, 2024 e 2025.

Além de trazer as riquezas e as potencialidades presentes nestes territórios, o trabalho também revelou as contradições e as conflitualidades do espaço. Destacam-se os conflitos que ocorrem entre os moradores das comunidades quilombolas do município de Nordestina e a Lipari Mineração. A referida empresa é responsável pela exploração da maior mina de diamantes a céu aberto da América Latina e a atividade minerária tem resultado em inúmeros impactos socioambientais nestes territórios tradicionais.

A exploração mineral traz consequências como desmatamento, degradação do solo, poluição das águas, e problemas na saúde da população. As detonações causam rachaduras em

centenas de residências e em cisternas que são muito comuns na região sertaneja<sup>7</sup>. Além disso, os quilombolas relatam que a ação das mineradoras reduz a área destinada à agropecuária, uma vez que o solo de áreas próximas ao território-extrativo também é comprometido pelo rejeito da mineração.

O solo, a água, a flora e fauna do bioma caatinga por suas características peculiares, inseridos no semiárido brasileiro são extremamente relevantes que devem estar presentes nas análises da questão agrária e, especialmente, das comunidades quilombolas em questão. É a caatinga fonte diversa de frutas (umbu, licuri, tamarindo), capins, cascas (mulungu), cipós, folhas (licuri), flores e demais riquezas naturais vegetais (Fotos 5, 6, 7 e 8) ou não das quais vivem tais comunidades que também são extrativistas.

5



6



7



8



9



Fotos 5 e 7 - Umbuzeiro e licurizeiro no centro da comunidade de Lage do Antonio (Senhor do Bonfim); Foto 6 - Tamarindeiro e capela; Foto 8 - Tronco de Mulungu com vestígios de retirada de parte da casca; Foto 9 – “Aguada”, comunidade de Jatobá (Cansanção). Fonte: Noeli Pertile, trabalho de Campo, 2025.

Em várias comunidades visitadas constatou-se a existência dessas riquezas indicadas em locais públicos em que o acesso e/ou uso são coletivos, a exemplo dos frondosos pés de umbu e tamarindo (Fotos 5 e 6) que estão ao lado de um campo de futebol e em frente à uma capela,

<sup>7</sup> Cisterna é um depósito ou reservatório que serve para captar, armazenar e conservar a água, semelhante a uma caixa d'água, podendo ser água potável, água da chuva ou água de reuso. As cisternas são alternativas que garantem acesso à água, de forma descentralizada, com baixo impacto ao ambiente e economicamente viáveis no semiárido brasileiro.

respectivamente. Ou ainda, o pé de mulungu, ao lado de uma “aguada” (Fotos 8 e 9). Todos têm acesso, seja para retirar um pedaço de casca do mulungu e fazer chá, seja para usar a água para dessedentação ou lazer. Estes exemplos foram considerados como Riquezas Coletivas das comunidades quilombolas que vivem no bioma caatinga, no semiárido baiano. E à medida em que a caatinga é suprimida, parte dos fazeres das comunidades também é afetada.

Para compreender as alterações que a exploração mineral tem provocado em algumas das comunidades é imprescindível pensar o território como espaço que envolve, inevitavelmente, interesses distintos e, logo, relações antagônicas de poder que têm como consequência conflitos. Segundo Raffestin (1993, p.143) “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”, sendo que todos os sujeitos são atores sintagmáticos que produzem território.

Mapa 2 – Comunidade Quilombola Tamanduá, Cansanção – BA: Riquezas do Nosso Quilombo



Fonte: Elaborado pela Comunidade Quilombola Tamanduá, Cansanção-BA, durante Oficina “Riquezas do Nosso Quilombo”, 2025.

Nesse contexto, a metodologia construída para este trabalho permitiu a produção de um rico material, como os mapas; resultado de um trabalho coletivo no qual os próprios moradores foram protagonistas (Mapa 2). Construiu-se uma cartografia a partir de experiências



particulares, mas não menos coletivas, sintetizadas em imagens e símbolos (auto explicativos) dos modos de vida local (Cedraz, 2025). Aqui inverteu-se a lógica predominante do “avanço do moderno sobre o primitivo” da valorização da ciência eurocêntrica acadêmica em detrimento do conhecimento ancestral, pois se entende que o modelo de regularização dos espaços deve ter como ponto de partida a base tradicional.

Espera-se que a metodologia pensada para esta pesquisa, possa ser também utilizada e aprimorada para outras situações, mas que tenham como compromisso, a busca pela visibilização das comunidades tradicionais e dos sujeitos que produzem o espaço e seus modos de vida. Já o material que será produzido composto por fotografias, narrativas, mapas sociais e outros elementos, também compõe a tese de doutoramento de uma das participantes da pesquisa e, posteriormente, será utilizado para a construção do fascículo com as riquezas das comunidades quilombolas do Território do Sisal. Deseja-se que este material possa subsidiar os quilombolas no enfrentamento das injustiças sociais e na reivindicação de políticas públicas que assegurem os direitos fundamentais desses sujeitos, de suas comunidades e de seus territórios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cartografia social tem se mostrado uma ferramenta fundamental para a valorização, reconhecimento e fortalecimento das comunidades quilombolas. Diferente dos mapas tradicionais, que muitas vezes privilegiam aspectos técnicos e oficiais, a cartografia social coloca no centro os sujeitos que vivem e constroem o território, permitindo que eles próprios representem seus espaços de vida, suas memórias, práticas culturais e formas de organização.

No caso das comunidades quilombolas participantes da pesquisa, a cartografia social contribuiu para a reafirmação da identidade coletiva e para a visibilidade de seus modos de vida, muitas vezes invisibilizados pelos mapas convencionais. Ao registrar territórios de uso comum, áreas de cultivo, nascentes, lugares sagrados, espaços de memória e rotas tradicionais, os mapas elaborados pelos próprios quilombolas tornaram-se instrumentos de resistência e de defesa do território.

Além disso, a cartografia social pode auxiliar nos processos de regularização fundiária, uma vez que permite demonstrar, com base na memória coletiva e no conhecimento local, a presença histórica dessas comunidades em determinados espaços. Também fortalece a luta por



direitos, ao fornecer elementos que podem ser utilizados em diálogos com o Estado, instituições de pesquisa e movimentos sociais.

Outro aspecto importante é o caráter educativo e participativo dessa prática. Ao envolver jovens, lideranças, anciãos e diferentes grupos das comunidades no processo de mapeamento, a cartografia social elaborada pelos quilombolas do Território do Sisal promoveu a troca de saberes e reforçou os laços comunitários. Assim, ela não apenas produziu mapas, mas também fortaleceu a autonomia, a organização política e a autoestima coletiva.

Portanto, a cartografia social é muito mais que uma técnica de representação espacial: é uma prática de resistência, de valorização cultural e de luta pela permanência e reconhecimento dos territórios quilombolas, fundamentais para a preservação da memória, da identidade e da diversidade sociocultural brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior. Manaus: UEA Edições, 2013.

**BAHIA**, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Cartilha do PPA Participativo, SEPLAN, Salvador, 2007. Disponível em: [http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/downloads/pdf/cartilha\\_ppa.pdf](http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/downloads/pdf/cartilha_ppa.pdf) Acesso: janeiro de 2022.

CEDRAZ, Ana Cláudia do Carmo. **Tramas territoriais e tessituras multidimensionais das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal - Ba**. 2025. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador (Bahia), 2025.

CEDRAZ, A. C. C.; PERTILE, N. Transformação da paisagem no território do Sisal-BA: A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de Nordestina. In: CAPEL, H. *et al.* (Org.). **A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo** [livro eletrônico]: um balanço crítico. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, v. Vol. 2, p. 640-657.

PERTILE, Noeli. Terra, território e resistência: reflexões a partir de Bahia. in. IV Congresso Brasileiro de Organização do Espaço-**CBOE**. Rio Claro, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F70GxAiLfTM&t=2s>

SACK, Robert. David. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Christian Nunes da; VERBICARO, Camila. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Scientia Plena**. v.12, nº 06, 2016.